



Reconhecimento, redistribuição e participação popular: por uma política judicial integradora

FICHA TÉCNICA

O Fórum Justiça é um espaço aberto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil, setores acadêmicos, estudantes, agentes estatais e todas e todos interessados em discutir a justiça como serviço público e, nesse sentido, a importância de se construir coletivamente uma política judicial integradora para o sistema de justiça, que compreenda ações voltadas para o reconhecimento de identidades e a redistribuição de riquezas, com participação popular. Para tanto, constituem-se Grupos de Trabalho - GTs, autogeridos, formados por facilitadoras(es), com a finalidade de fomentar o debate relacionado à democratização do sistema de justiça, e desenvolver ações estratégicas para a implementação de mecanismos que promovam transformações estruturais no referido sistema, no marco dos direitos humanos. Os GTs organizam-se por temas de interesse de grupos sociais e de acordo com peculiaridades locais. Via de regra, observam o documento estratégico “100 Regras de Brasília para o Acesso à Justiça de Pessoas em Condições de Vulnerabilidade”.

I - ARTICULAÇÃO FÓRUM JUSTIÇA:

Constituída por defensoras(es) públicas(os) e integrantes do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade – DHPJS/UERJ e do Conselho Consultivo, constituído por movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Apresenta como desafios, dentre outros: estimular a implementação de mecanismos de democracia participativa - audiências, consultas, conferências públicas, com ênfase na instalação das Ouvidorias Externas independentes e com Conselhos Consultivos em todas as instituições do sistema de justiça; replicar a experiência do Fórum como uma “ola” democratizante do Sistema de Justiça no cenário interamericano visando o desenvolvimento de uma política judicial integradora com reconhecimento e redistribuição de direitos, com participação social

SECRETARIA:

Local: sala 7024-B (Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã Rio de Janeiro - RJ, 20550-013)

Email: secretariaforumjustica@gmail.com

SITE: www.forumjustica.com.br (número de visitantes únicos 13.507 – de out. 2011 a nov. 2012)

PÁGINA DO FACEBOOK: - <https://www.facebook.com/forumjustica?ref=hl>

CONTATO: - forumjustica@gmail.com

II - ORGANIZAÇÃO:

Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP

Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade – DHPJS

III - APOIADORES:

Aportes financeiros e político-institucional

- Fundação Ford
- ONU Mulheres



Reconhecimento, redistribuição e participação popular: por uma política judicial integradora

- Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM
- Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - SAL/MJ
- Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPESP
- Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - ADPERJ
- Defensores Públicos em Movimento - DPMOV

IV - CONSELHO CONSULTIVO:

Apoio, acompanhamento e facilitação para a capilaridade do projeto a nível nacional.

- Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB
- Colégio de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil
- Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher -CLADEM
- Grupo Candango de Criminologia – UNB
- Instituto de Estudos da Religião – ISER
- Terra de Direitos
- Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ
- Setor de Direitos Humanos do MST

V - PARCEIROS:

Agentes potencializadores das ações estratégicas comuns à pauta do Fórum Justiça

- Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais - IDPMS
- Observatório da Justiça Brasileira
- Plataforma da Reforma Política

VI - COLABORADORES:

Contribuição autônoma de profissionais, analítica, de natureza político-acadêmica,.

VII - EVENTOS FUNDANTES:

- **LANÇAMENTO FÓRUM JUSTIÇA** : 24 e outubro de 2011
Local: Museu da República. Exibição simultânea dos filmes AMOR (João Jardim) e O VENENO ESTÁ NA MESA (Silvio Tendler). Roda de conversa: “Reconhecimento e redistribuição: política judicial integradora” e apresentação do site FÓRUM JUSTIÇA. Lançamento dos livros: “Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista”, obra coletiva organizada por Carmen Campos, CLADEM/ Themis, com o apoio do UNIFEM e da SPMulher e “Uma hermenêutica para o programa constitucional do trabalho rural” , de Antonio Escrivão Filho.
- **PRIMEIRA REUNIÃO GERAL:**
Data: 08-09 de dezembro de 2011.
Local: Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Para acessar o boletim informativo: <http://www.forumjustica.com.br/boletim-extraordinario-forum-justica>
Participantes: setor acadêmico, apoiadores, conselho consultivo, colaboradores, grupo de articulação e grupos de trabalho. Estudantes e ativistas autônomos interessados no tema.



Reconhecimento, redistribuição e participação popular: por uma política judicial integradora

Dinâmica da reunião: debates sobre o sistema de justiça, reunião dos grupos de trabalho, conselho consultivo e articuladores.

Assembléia e construção do Pacto Fórum Justiça (assinado por 70 entidades e organizações da sociedade civil além de ativistas autônomos):

<http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2011/12/PACTO-F%C3%93RUM-JUSTI%C3%87A-COMPLETO.pdf>.

Pauta nacional para a democratização do sistema de justiça:

1. Conferência Pública do sistema de justiça, articulada a partir dos estados para uma conferência nacional.
2. Seguimento e avaliação da aplicação das “100 Regras de Brasília para Acesso à Justiça de Pessoas em Condição de Vulnerabilidade”.
3. Ouvidoria externa em todos os órgãos do sistema de justiça.
4. Implementação da Defensoria Pública em todas as comarcas brasileiras.
5. Inclusão da matéria direitos humanos em todas as Faculdades de Direito, bem como nos concursos públicos para ingresso nas carreiras do sistema de justiça e respectivas escolas de formação.
6. Projeto de emenda constitucional para a instituição de mandato para os Ministros do STF.
7. Transparência no procedimento e compromisso com os direitos humanos como critérios para indicação dos Ministros do STF.
8. Chamada pública para indicação das vagas da sociedade civil para o Conselho Nacional de Justiça e órgãos similares.

VIII - FORUM JUSTIÇA NAS CIDADES

Dimensão territorial do Fórum Justiça. Encontros, deliberações e ações estratégicas para realizar o modelo integrador de justiça.

1) FÓRUM JUSTIÇA RIO DE JANEIRO-RJ

Identificação dos grupos de trabalho: Educação Jurídica para Direitos, Gênero, Minorias, Moradia, Pessoas Privadas de Liberdade e Raça

2) FÓRUM JUSTIÇA VOLTA REDONDA-RJ

3) FÓRUM JUSTIÇA FORTALEZA-CE

Articulação: Amélia Rocha – DP/CE e Rodrigo de Medeiros – RENAP

Lançamento: 9 de novembro de 2012.

Link do informe: <http://www.forumjustica.com.br/lancamento-forum-justica-fortaleza-ce>.

Eixos de atuação: controle social e democrático sobre a administração das instituições do Sistema de Justiça; controle e social e democrático sobre a forma de recrutamento dos quadros deste Sistema; incidência sobre a cultura judicial hermética, apartada da maioria da população e conservadora; e acesso à justiça.

4) FÓRUM JUSTIÇA MOSSORÓ-RN (em construção)

5) FÓRUM JUSTIÇA NATAL-RN (em construção)

6) BELÉM-PA (em construção)

7) PORTO ALEGRE-RS (em construção)



Reconhecimento, redistribuição e participação popular: por uma política judicial integradora

IX - FÓRUM JUSTIÇA AMERICA LATINA

Espaço dedicado ao fortalecimento da democracia por meio da projeção de mecanismos e dinâmicas que estimulem a participação popular na formulação, implementação, monitoramento e revisão das políticas públicas do sistema de justiça no continente latino americano.

X - AÇÕES CONCRETAS E CONQUISTAS

- Manifestação em consulta pública Defensoria Pública da União e Ouvidoria Externa
- Manifestação em consulta pública Ministério Público Federal sobre atuação nas ações coletivas, especialmente relacionadas à defesa do meio ambiente
- Apresentação de candidatura à relatoria da plataforma DHESCA, na área de Direito à Cidade
- Moção Fórum Justiça e Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina para ALESC/SC
- Participação em Audiência Pública na ALERJ sobre atuação extrajudicial da Defensoria Pública e apresentação de propostas de encaminhamento para a DP/RJ: implementação de Ouvidoria Externa, na forma da LC 132/2009;; previsão de audiências e consultas públicas no Regimento Interno do Conselho Superior; realização de audiências públicas e reuniões periódicas para elaboração de planos de trabalho em todos os Núcleos Especializados,
- Apresentação de proposta ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro referente à Resolução que versa sobre as atividades do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos (Nudiversis), a partir de sugestões de representantes da comunidade LGBTQTT sobre atuação DP/RJ nas questões de interesse dessa comunidade.
- Participação em debates e formulação de propostas relativas à reforma do CPC e procedimento das ações possessórias e articulação política
- Comunicação para a Comissão Status da Mulher – ONU Mulheres sobre a política judicial e perspectiva de gênero no Conselho Nacional de Justiça.
- Manifesto sobre a Reforma Penal construído a partir da Roda de Conversa realizada sobre essa temática que ensejou também idéia de desenvolver campanha pela popularização das discussões a respeito da Reforma
- Representação no Conselho Nacional de Justiça em caso de discriminação de gênero.
 - Participação da construção do I Seminário Estadual da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e do Documento Final de Ações Estratégicas dos(as) Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro
- Participação na elaboração do Relatório dos Movimentos Sociais - Rio de Janeiro dirigido a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI sobre a violência doméstica contra a mulher.
- Elaboração de artigo “FÓRUM JUSTIÇA: construção coletiva de espaço para discutir política judicial com reconhecimento, redistribuição e participação popular”, que fará parte do livro “Defensoria Pública, Assessoria Jurídica e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça”(no prelo)
- Instalação do Fórum Justiça em Fortaleza bem como articulações e debates visando a instalação do FJ em outras cidades.